

Agricultura Urbana e Direito à Cidade: Cultivando Saúde e Comida de Verdade

Carta Política do Encontro Nacional de Agricultura Urbana - ENAU
21 a 24 de outubro - Rio de Janeiro, RJ

“Agroecologia e Direito à Cidade: Cultivando Saúde e Comida de Verdade” foi o tema do I Encontro Nacional de Agricultura Urbana, realizado na UERJ no Rio de Janeiro, entre os dias 21 e 24 de outubro de 2015. O Encontro reuniu mais de 250 pessoas de 20 estados do Brasil, das suas cinco regiões, sendo mais de 50% mulheres, com grande participação de jovens e agricultoras/es. Estiveram presentes representantes de movimentos populares urbanos e rurais, movimentos em defesa da cultura alimentar, agricultoras/es familiares, camponesas/es, chacareiras/os, povos de terreiro e de matriz africana, indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, ativistas urbanas/os, estudantes, pesquisadoras/es, professoras/es, gestoras/es públicas/os e parlamentares.

A diversidade de experiências de agricultura urbana vista no ENAU demonstra um conjunto de iniciativas que estão reunidas e articuladas em redes, coletivos locais, fóruns estaduais e regionais e se identificam com os princípios do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana que, junto com a Articulação Nacional de Agroecologia e o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, organizaram este encontro.

Essa diversidade pôde ser vista nas instalações pedagógicas, apresentadas no primeiro dia do Encontro: as práticas autogestionárias de tratamento dos resíduos sólidos orgânicos de Santa Catarina; a reivindicação pelo acesso e uso de espaços públicos para a agricultura urbana em Brasília; o conhecimento tradicional e a cultura alimentar e de plantas sagradas em cidades da Amazônia; as conexões entre o urbano e o rural nas experiências de agricultura urbana do Nordeste; as ações articuladas com movimentos da reforma urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte; a importância da agricultura familiar para garantir a manutenção e ampliação de áreas florestais e arborizadas, ao mesmo tempo que os conflitos como as Unidades de Conservação no Rio de Janeiro e outras cidades; o patrimônio genético, a cultura alimentar e a agrobiodiversidade mantida e resguardada nas práticas de agricultura urbana no país.

A construção do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana se articula aos fóruns e redes de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e de Agroecologia. Foi através dos diálogos com estes movimentos que a agricultura urbana foi fortalecendo sua identidade como prática que gera alimentos saudáveis, isentos de agrotóxicos, livres de transgênicos; que valoriza culturas locais, que pensa o aproveitamento dos recursos e o reaproveitamento dos resíduos e que abastece mercados locais e de proximidade como escolas e feiras e equipamentos de distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar. A agricultura urbana é um campo de convergências entre diversos movimentos e lutas por uma cidade justa, sustentável e construída cotidianamente pelas pessoas, buscando mitigar as dicotomias entre o rural e urbano e garantir a apropriação da cidade pela população. O movimento pela agricultura urbana demarca centralidade da luta pela terra e pelas reformas urbana e agrária.

Nessa trajetória de relações no âmbito da segurança alimentar e nutricional e da agroecologia, ficou evidente a importância, ainda que invisível para grande parte da sociedade, do papel das mulheres e das/os jovens como protagonistas de grande parte das experiências presentes neste Encontro. São as mulheres que, devido à lógica patriarcal de divisão sexual do trabalho, se tornam responsáveis pelo cuidado de pessoas de sua família, pela garantia dos alimentos, da saúde, da água dentre outros. A prática da agricultura urbana é marcada pela afirmação de saberes históricos das mulheres. Na luta por uma cidade de direitos e pela soberania na produção de alimentos e na promoção da saúde integral, as mulheres reivindicam a socialização do trabalho do cuidado e da reprodução da vida com toda a sociedade e com o Estado e constroem sua autonomia e o fortalecimento em grupos e coletivos.

Nesse caminho histórico do movimento da agricultura urbana, foi ampliada a necessidade de afirmar e defender as práticas que envolvem as diferentes dimensões da produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos nos espaços das cidades e das regiões metropolitanas.

Quando olhamos como se dão as diversas experiências que se encontraram no ENAU, nos territórios onde elas florescem e se desenvolvem, evidencia-se uma série de ameaças e conflitos vivenciados cotidianamente nas cidades.

Essas ameaças e conflitos têm suas raízes, principalmente, no projeto de mercantilização dos espaços urbanos que se dá em detrimento dos modos de vida locais e das formas de uso e ocupação protagonizados pelas/os protagonistas de lutas e mobilizações que convergem com a agricultura urbana. Nesse sentido, repudiamos o processo de mercantilização da natureza e das relações sociais nas cidades, que impacta diretamente a qualidade de vida, a relação com o território e o acesso ao alimento de qualidade. Não aceitamos o pacote tecnológico oferecido pelo agronegócio, totalmente inadequado para o ambiente urbano. Combatemos a especulação imobiliária e a política de remoções que promovem a exclusão social, e que dificultam e impedem o acesso aos recursos naturais pelas populações nas cidades.

No espírito de convergências que marcou este encontro e que caracteriza as experiências de agricultura urbana, reivindicamos que os princípios da função social da propriedade e do direito humano à alimentação adequada, que constam da Constituição Brasileira, sejam cumpridos.

Nossas experiências apresentam um conjunto de propostas para dialogar sobre os modelos de cidade e os modelos de agricultura e alimentação que queremos para a construção de uma sociedade mais justa e atenta às transformações que estão acontecendo em nossos territórios.

Propõe-se:

- Reconhecimento das/os sujeitos da agricultura urbana, com ênfase no protagonismo das mulheres e dos jovens, em especial de mulheres negras, indígenas e provenientes de comunidades tradicionais, na conservação, proteção e promoção das culturas alimentares fortemente enraizadas nos territórios.
- Reconhecimento do alimento e do ato de cozinhar como patrimônios da humanidade em suas diversas dimensões culturais, sociais, ambientais e espirituais.
- Reconhecimento da trajetória já realizada pelo Coletivo Nacional de Agricultura Urbana na discussão e proposição de uma Política Nacional de Agricultura Urbana que seja intersetorial e que abarque a totalidade das experiências nos territórios.
- Reconhecimento dos saberes tradicionais sobre o uso e manejo da agrobiodiversidade e da cultura alimentar tradicional / local como salvaguardas para a sociobiodiversidade e proteção do patrimônio genético.
- Fortalecimento de pautas já apontadas em cartas de outros encontros e de lutas de movimentos afins, como a permanência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sem cortes e em todas suas modalidades, a revisão e adequação das normas sanitárias para a agricultura familiar, a rotulagem de produtos transgênicos, entre outras, apresentadas pelos fóruns de agroecologia e SAN.
- Garantia do acesso à terra para as iniciativas de agricultura urbana, promovendo segurança jurídica e regulamentação fundiária, impedindo a especulação imobiliária em áreas produtoras de alimentos.
- Reconhecimento do protagonismo das mulheres nas práticas de agricultura urbana e periurbana, fortalecendo suas experiências em quintais produtivos e comercialização solidária, na luta por sua autonomia política e econômica e por uma vida livre de violência.
- Garantia de assistência técnica agroecológica e multidisciplinar que respeite os saberes das/os agricultoras/es em suas práticas locais.
- Fomento e facilitação de acesso às sementes crioulas para agricultoras/es urbanas/os.
- Garantia do uso contínuo dos espaços públicos urbanos para plantio de ervas medicinais e sagradas de povos indígenas e comunidades tradicionais, especialmente aqueles que dependem de seus cultivos para realização de ritos e relações de ancestralidade e pertencimento, como os povos de matriz africana e povos indígenas.
- Garantia da execução do Decreto 6040 (Política Nacional de Sustentabilidade de Povos e Comunidades Tradicionais) e do 169 OIT.
- Revisão da publicação “Alimentos Regionais Brasileiros” que traz informações equivocadas sobre os hábitos alimentares nortistas.

- Viabilização da emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) para agricultoras/es familiares em territórios urbanos e periurbanos onde há impedimentos ao acesso a este instrumento por diversos motivos;
- Fomento à logística e comercialização de produtos oriundos da agricultura urbana, principalmente por meio de incentivos a feiras agroecológicas.
- Integração entre as experiências de campo e as universidades, fortalecendo o ensino, a pesquisa e a extensão universitárias, com especial atenção aos Núcleos de Estudo e Pesquisa em Agroecologia (NEAs) e a interação com mestres da cultura alimentar e agricultura tradicional.
- Valorização e promoção de práticas de educação alimentar nas escolas, relacionando-as às práticas agroecológicas de produção e à garantia do direito à alimentação adequada e à segurança e soberania alimentar e nutricional.
- Divulgação de experiências exitosas em agricultura urbana que dêem visibilidade aos processos de resistência da agricultura urbana e à riqueza do que é produzido dentro das cidades.
- Ampliação do debate acerca das regiões periurbanas, buscando definir estratégias específicas e integradoras para as zonas de transição entre urbano e rural.
- Promoção de um amplo mapeamento de agricultura urbana que possibilite a definição de perfil das/os agricultoras/es e das experiências em curso em todo país.

Construção de políticas públicas no âmbito federal

Existe um histórico antigo de elaboração de políticas públicas para a agricultura urbana no âmbito federal, que é marcado pelos processos de construção das Conferências Nacionais de SAN (2004, 2007 e 2011).

Em 2007, foi realizada a pesquisa nacional de agricultura urbana e periurbana que deu origem ao documento “Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para a sua Promoção”; com base nesse documento foi elaborado um programa de agricultura urbana de responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) o qual lançou os Centros de Apoio a Agricultura Urbana e Periurbana – CAUPs e editais de fomento.

Em 2012/2013 o MDS interrompeu o processo de construção da política e o fomento de ações nos territórios. Em resposta, as organizações que viriam dar origem ao Coletivo Nacional de Agricultura Urbana encaminharam uma carta a Ministra Teresa Campelo cobrando posicionamento do MDS. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA nacional acolhe a luta e passa a incorporar a pressão pela construção da política pública.

Ao final de 2014 é apresentado o documento “Subsídios para uma Política Nacional de uma Agricultura Urbana e Periurbana” na última plenária do CONSEA, quando é constituído um comitê temático na Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, que passa a ser o responsável a dar os encaminhamentos para a construção da política.

Por outro lado, a Agricultura Urbana aparece na construção do 1º Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO 2013-2015), ainda que não receba dotação orçamentaria e nem tenha nenhum ministério responsável pela execução de ações. Novamente, a sociedade civil organizada na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) propõe ao governo a inserção do tema, com ações definidas, na construção do 2º PLANAPO, em elaboração.

Considerando os acúmulos na construção de políticas para agricultura urbana, reforçamos as diretrizes já apresentadas no documento “**Subsídios para uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana (PNAUP)**”, apresentado pelo CONSEA Nacional, elaborado com a participação do CNAU:

“As ações de apoio à AUP deverão ser desenvolvidas e implementadas de forma integrada entre si, e com as ações de SAN, de habitação, de urbanismo, de agroecologia, de assistência social, de saúde, de educação, de gestão de resíduos sólidos, de geração de emprego e renda, de formação

profissional e de proteção ambiental, organizadas em redes, de forma a promover o diálogo entre os diversos setores governamentais e da sociedade civil. Essas ações deverão ainda seguir as seguintes diretrizes:

- A. Reconhecimento da multifuncionalidade social, cultural, econômica e política da agricultura urbana e periurbana como base para o desenvolvimento e promoção de ações intersetoriais, geridas de forma descentralizada e participativa.
- B. Fortalecimento da cadeia produtiva e promoção de ações específicas de fomento à produção, comercialização e consumo;
- C. Promoção de acesso facilitado a linhas especiais de financiamento para atividades e projetos relacionados à AUP;
- D. Fortalecimento da institucionalidade da AUP por meio da elaboração de marcos legais e institucionais coerentes e apropriados ao setor em todas as esferas de governo;
- E. Fortalecimento da consciência cidadã em torno dos benefícios gerados pela AUP em termos sociais, políticos, econômicos, sanitários e ambientais;
- F. Promoção de processos de construção do conhecimento e desenvolvimento de capacidades técnicas e de gestão do/as agricultores/as urbanos e periurbanos, com ênfase em tecnologias sociais, incluindo o apoio a pesquisas que validem o conhecimento gerado e acumulado pelas organizações da sociedade civil que desenvolvem ou apoiam a AUP;
- G. Promoção da participação e do controle social como fundamento das atividades e projetos públicos de promoção da AUP.”

Considerando este contexto de não conclusão da elaboração da Política Nacional de Agricultura Urbana, o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana reivindica um espaço institucional de diálogo entre governo e sociedade civil para a construção e acompanhamento da execução da referida política pública.

Aguardamos o posicionamento e o retorno do governo à nossa reivindicação para o diálogo e o acompanhamento da construção dessa política.